

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS COM ÊNFASE EM CONTROLADORIA**

Karoline Barbosa de Souza

**A IMPORTÂNCIA DA DETERMINAÇÃO CONTÁBIL DE UM TRATAMENTO
SEGREGADO PARA O CONTRATO DE SEGURO
Análise da companhia Porto Seguro Vida e Previdência S/A**

**Belo Horizonte
2016**

Karoline Barbosa de Souza

**A IMPORTÂNCIA DA DETERMINAÇÃO CONTÁBIL DE UM TRATAMENTO
SEGREGADO PARA O CONTRATO DE SEGURO
Análise da companhia Porto Seguro Vida e Previdência S/A**

Trabalho interdisciplinar apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial de avaliação nas disciplinas:

Professores:

Prof. Marcio Antonio de Souza

Prof. Túlio Lima Sousa Madureira Silva

**Belo Horizonte
2016**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mercados Supervisionados	10
Figura 2: Mercado Brasileiro de Seguros	10
Figura 3: Concentração do Mercado de Seguros por Empresas	11
Figura 4: Concentração do Mercado de Seguros por Grupo Econômico	12
Figura 5: Segregação dos Principais Segmentos de Seguro	13
Figura 6: Mercado Brasileiro de Resseguro.....	17
Figura 7: Prêmios Cedidos em Resseguro.....	18
Figura 8: Segregação Provisões Técnicas de Seguro e Previdência Complementar	22
Figura 9: Variação da Provisão Complementar de Cobertura.....	25
Figura 10: Movimentação do Passivo de Contratos de Seguro e Ativo de Resseguro....	25
Figura 11: Fluxo de Ativos e Passivos	26
Figura 12: Investimento Segregado por fator de Risco de Mercado	27

LISTA DE SIGLAS

ANS - Agencia Nacional de Saúde Suplementar

CFC - Conselho federal de Contabilidade

CNSEG - Confederação Nacional de Seguradoras

CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

IASB *Internacional Standards Board*

IRB - Instituto de Resseguros do Brasil

PCC - Provisão Complementar de Cobertura

PIB - Produto Interno Bruto

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

TAP – Teste de Adequação de Passivos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 Problema de Pesquisa	6
1.2 Objetivos	7
1.2.1 Objetivo Geral	7
1.2.2 Objetivos Específicos.....	7
1.3 Justificativa.....	7
2 REFERENCIAL TEORICO	8
2.1 Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP	8
2.2 Instituto de Resseguros do Brasil – IRB	9
2.3 Superintendência de Seguros Privados – SUSEP	9
2.3.1 Segregação de Mercados.....	9
2.4 CPC 11 Contratos de Seguros.....	14
2.5 Teste de adequação de passivos (TAP)	14
2.6 Políticas Contábeis	15
2.7 Contratos de Resseguro.....	17
2.8 Riscos.....	18
2.9 Tipos de Contratos de Seguros	19
3 METODOLOGIA DO TRABALHO	20
3.1 Tipologia da pesquisa	20
3.2 Quanto aos Fins e Natureza do Método.....	20
4 ANÁLISE DE DADOS.....	21
4.1 Porto Seguro Vida e Previdência S/A	21
4.2 Análises	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS	30

1INTRODUÇÃO

Com o passar dos tempos a necessidade de se resguardar contra eventuais acontecimentos foi crescendo a cada dia. Desta forma a população no geral sentiu a necessidade de se prevenir contra os contratemplos, surgindo o seguro. O seguro é um contrato que mediante um prêmio de seguro uma das partes se obriga a indenizar a outra por algum prejuízo descrito no contrato, seja eventual, material ou pessoal.

A atividade de seguradoras no Brasil teve início em 1808 por meio da Companhia de Seguros Boa Fé que operava no ramo de seguro marítimo. Ao longo dos anos o mercado de seguro cresce gradativamente, crescimento que reflete positivamente no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. (SUSEP, 2015).

Regulamentada principalmente pela SUSEP Sistema Nacional de Seguros Privados a atividade de seguros no Brasil em 1966, por meio do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, foram reguladas as demais operações de seguros e resseguros, constituídos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); Instituto de Resseguros do Brasil (IRB); sociedades autorizadas a operar em seguros privados; e corretores habilitados. As seguradoras no Brasil são constituídas sob a forma de sociedade anônima e são regulamentadas pelas normas instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Comissão de Valores Mobiliários CVM. (SUSEP, 2015).

Com o projeto estabelecido pelo IASB *International Standards Board*, que veio para regulamentar e padronizar as demonstrações contábeis no Brasil por meio do CPC 11 – Contratos de Seguros, a forma de demonstrar as políticas contábeis agregou um tratamento claro e padronizado que será analisado em uma empresa com forte influência no mercado de seguros, Porto Seguro Vida e Previdência S/A.

1.1 Problema de Pesquisa

Com o intuito de analisar as peculiaridades dos contratos de seguro surgiu a necessidade de explorar a seguinte problemática; qual a importância da determinação contábil de um tratamento segregado para o contrato de seguro?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a importância da aplicabilidade do CPC 11 Contratos de Seguro apresentando a aplicação do CPC nas práticas contábeis da companhia estudada.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar a forma da companhia estudada em se adequar ao procedimento de tratamento de dados
- Verificar quais peculiaridades contábeis se apresenta acerca da temática.
- Analisar os procedimentos de contabilização em uma companhia de destaque no ramo de seguros.

1.3 Justificativa

As principais normas que regem a contabilidade são segundo a SUSEP a resolução CNSP nº 86 de 2002 e a circular nº 334 de 2007, ambos dispõem sobre as normas contábeis a serem observadas pelas seguradoras e resseguradoras. O CNSP fixa diretrizes e normas políticas, com o principal objetivo de alinhar a política de seguros. Com base no CPC 11 – Contratos de Seguros surgiu a necessidade das empresas brasileiras se adequarem as normas internacionais.

A escolha do assunto a ser desenvolvido partiu da vontade de evidenciar a importância do estudo e análise das políticas contábeis nos contratos de seguro. Que é um fator cuidadosamente evidenciado nas demonstrações contábeis da empresa Porto Seguro Vida e Previdência, conforme aplicações dispostas no CPC 11- Contratos de Seguro, as análises propostas foram divulgadas com base nas demonstrações do semestre findo em 30 de Junho de 2015.

2 REFERENCIAL TEORICO

No referencial teórico serão abordados conceitos teóricos e demonstrações gráficas de do seguro e os campos envolvidos para se chegar há uma análise construtiva da política das demonstrações contábeis da companhia estudada.

2.1 Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP

O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) - órgão encarregado por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados; é formado pelo Ministro da Fazenda (Presidente), representante do Ministério da Justiça, representante do Ministério da Previdência Social, Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, representante do Banco Central do Brasil e representante da Comissão de Valores Mobiliários. Das funções do CNSP estão: regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que executam atividades subordinadas ao SNSP, bem como a cumprimento das penalidades previstas; fixar as características gerais dos contratos de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro; determinar as diretrizes gerais das operações de resseguro; prescrever os critérios de constituição das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores, com fixação dos limites legais e técnicos das devidas operações e instruir a corretagem de seguros e a profissão de corretor. (BACEN, 2015).

Conforme descrito no portal SUSEP as atribuições do CNSP são basicamente;

- ✓ Fixar diretrizes e normas da política de seguros privados;
- ✓ Regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades subordinadas ao Sistema Nacional de Seguros Privados, bem como a aplicação das penalidades previstas;
- ✓ Fixar as características gerais dos contratos de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro;
- ✓ Estabelecer as diretrizes gerais das operações de resseguro;
- ✓ Conhecer dos recursos de decisão da SUSEP e do IRB;
- ✓ Prescrever os critérios de constituição das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores, com fixação dos limites legais e técnicos das respectivas operações;
- ✓ Disciplinar a corretagem do mercado e a profissão de corretor. (SUSEP, 2015).

2.2 Instituto de Resseguros do Brasil – IRB

Em 1939 foi criado o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), por meio do Decreto-lei nº 1.186, de 3 de abril de 1939. As sociedades seguradoras se tornaram obrigadas, desde então, a ressegurar no IRB as responsabilidades que excedessem sua capacidade de retenção própria, por meio da retrocessão, passou a partilhar o risco com as sociedades seguradoras em execução no Brasil. O Instituto de Resseguros do Brasil oferece soluções para riscos de propriedades, financeiros, de petróleo e gás, rurais, de pessoas, engenharia, transportes e responsabilidade civil, entre outros. (IRBBRASIL RE, 2015).

2.3 Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

A Superintendência de Seguros Privados foi criada por meio Decreto Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, suas principais atribuições são;

- ✓ Fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operação das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP;
- ✓ Atuar no sentido de proteger a captação de poupança popular que se efetua através das operações de seguro, previdência privada aberta, de capitalização e resseguro;
- ✓ Zelar pela defesa dos interesses dos consumidores dos mercados supervisionados;
- ✓ Promover o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos operacionais a eles vinculados, com vistas à maior eficiência do Sistema Nacional de Seguros Privados e do Sistema Nacional de Capitalização;
- ✓ Promover a estabilidade dos mercados sob sua jurisdição, assegurando sua expansão e o funcionamento das entidades que neles operem;
- ✓ Zelar pela liquidez e solvência das sociedades que integram o mercado;
- ✓ Disciplinar e acompanhar os investimentos daquelas entidades, em especial os efetuados em bens garantidores de provisões técnicas;
- ✓ Cumprir e fazer cumprir as deliberações do CNSP e exercer as atividades que por este forem delegadas;
- ✓ Prover os serviços de Secretaria Executiva do CNSP. (SUSEP, 2015).

2.3.1 Segregação de Mercados

A tabela abaixo demonstra os valores de receitas, apurados para os mercados supervisionados, sendo de seguros, previdência e capitalização. No entanto será apresentado com enfoque relevante de maneira agrupada e segregada voltada para o mercado de seguros e os percentuais de participação no PIB.

Como demonstrado na Figura 1 o montante apurado com relação a seguros teve um crescimento de R\$16.007.779,00 do ano de 2012 para o ano de 2013.

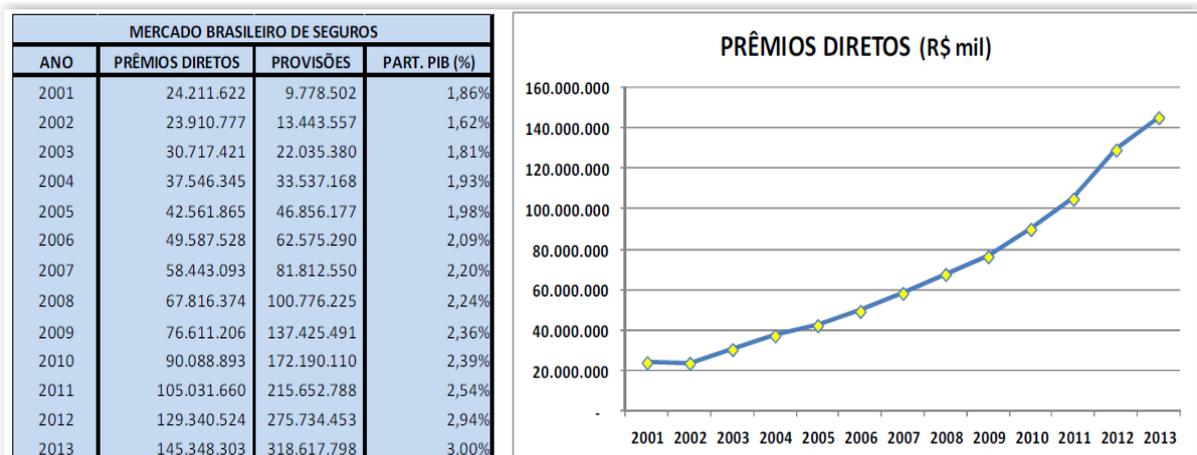
Figura 1: Mercados Supervisionados

ANO	RECEITAS ANUAIS				PARTICIPAÇÃO NO PIB
	SEGUROS	PREVIDÊNCIA	CAPITALIZAÇÃO	TOTAL	
2001	24.211.622	7.524.592	4.789.563	36.525.777	2,81%
2002	23.910.777	7.147.172	5.217.204	36.275.153	2,45%
2003	30.717.421	7.784.518	6.022.577	44.524.516	2,62%
2004	37.546.345	8.128.739	6.601.776	52.276.861	2,69%
2005	42.561.865	7.483.137	6.910.339	56.955.341	2,65%
2006	49.587.528	7.323.839	7.111.434	64.022.801	2,70%
2007	58.443.093	7.933.329	7.828.951	74.205.372	2,79%
2008	67.816.374	8.230.983	9.015.379	85.062.736	2,81%
2009	76.611.206	8.235.163	10.104.143	94.950.512	2,93%
2010	90.088.893	9.083.370	11.780.949	110.953.212	2,94%
2011	105.031.660	10.190.087	14.081.268	129.303.015	3,12%
2012	129.340.524	11.022.884	16.585.517	156.948.925	3,56%
2013	145.348.303	11.684.944	20.979.849	178.013.096	3,67%

(Valores em R\$ mil)

Fonte: Relatório de Análise e Acompanhamento dos Mercados Supervisionados, SUSEP, 2014.

Figura 2: Mercado Brasileiro de Seguros



(Valores em R\$ mil)

Fonte: Relatório de Análise e Acompanhamento dos Mercados Supervisionados, SUSEP, 2014.

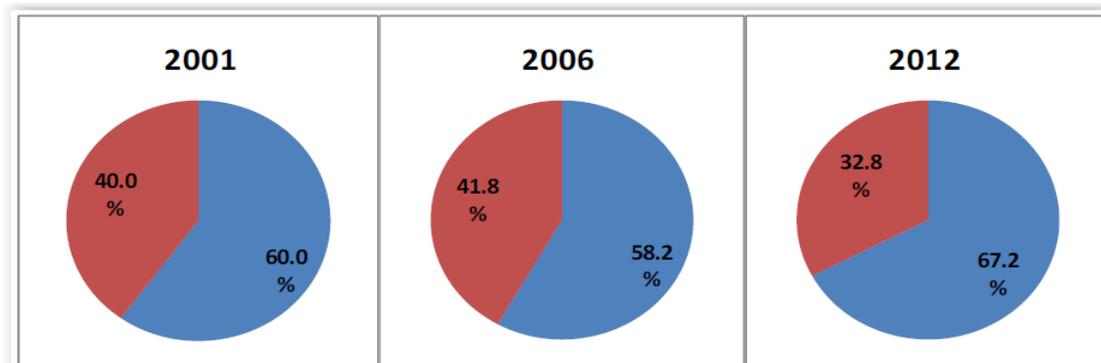
De acordo com os dados coletados, levando-se em consideração a participação no PIB, o mercado de seguros apresentou grande crescimento, elevando do nível de 1,86% para o

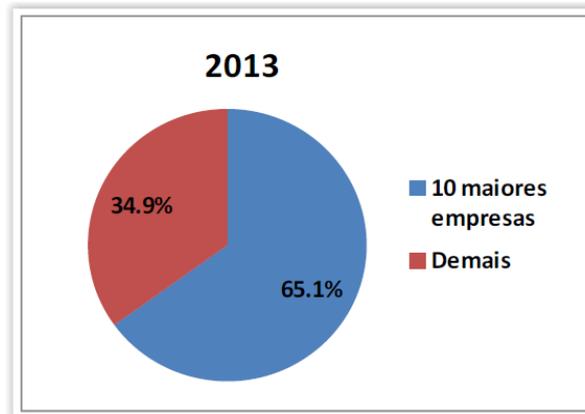
patamar de 3.00% em 2013, o que é bastante relevante, uma vez que o PIB brasileiro também se manteve crescente na maior parte do período. Os valores do segmento de seguro saúde se encontram sobre a supervisão da Agencia Nacional de Saúde Suplementar ANS desde agosto de 2001 por isso não foram levantados nesta amostra. (RELATÓRIO DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DOS MERCADOS SUPERVISIONADOS, SUSEP, 2014).

Sobre os gráficos de concentração do mercado de seguros por empresa e grupos econômicos o Relatório de Análise da SUSEP destaca que;

Os gráficos de concentração por empresa, apresentados abaixo, ilustram a participação das 10 maiores seguradoras em relação ao total do mercado, apurada em quatro períodos distintos. A análise dos gráficos indica a tendência a uma maior concentração, o que não surpreende, tendo em vista os inúmeros processos de fusão e incorporação de empresas ocorridos entre 2006 e 2012. O *market share* das 10 maiores companhias representava 60.0% em 2001, teve ligeira queda, para 58.2% em 2006, e atingiu o percentual Máximo de 67.2% em 2012. Em 2013, verificou-se que a participação das 10 maiores empresas diminuiu para 65.1%, de modo que será acompanhada a evolução desta serie histórica para avaliar se ha reversão de tendência. Nota-se também, nos últimos anos, uma crescente predominância de seguradoras vinculadas a grandes grupos econômicos, especialmente do setor bancário. Observando-se os gráficos de concentração por grupo econômico, verifica-se que a participação dos cinco principais grupos em relação ao total do mercado cresceu de 55.8% para 64.3%, no período compreendido entre os anos de 2006 e 2012, indicando, mais uma vez, a tendência a maior concentração. Em 2013, este percentual ficou em 63.7%, indicando que o padrão praticamente não se alterou neste caso. (RELATÓRIO DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DOS MERCADOS SUPERVISIONADOS, SUSEP, 2014, p.8).

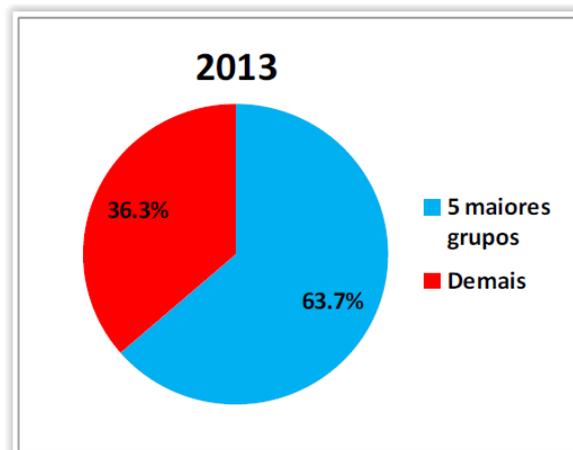
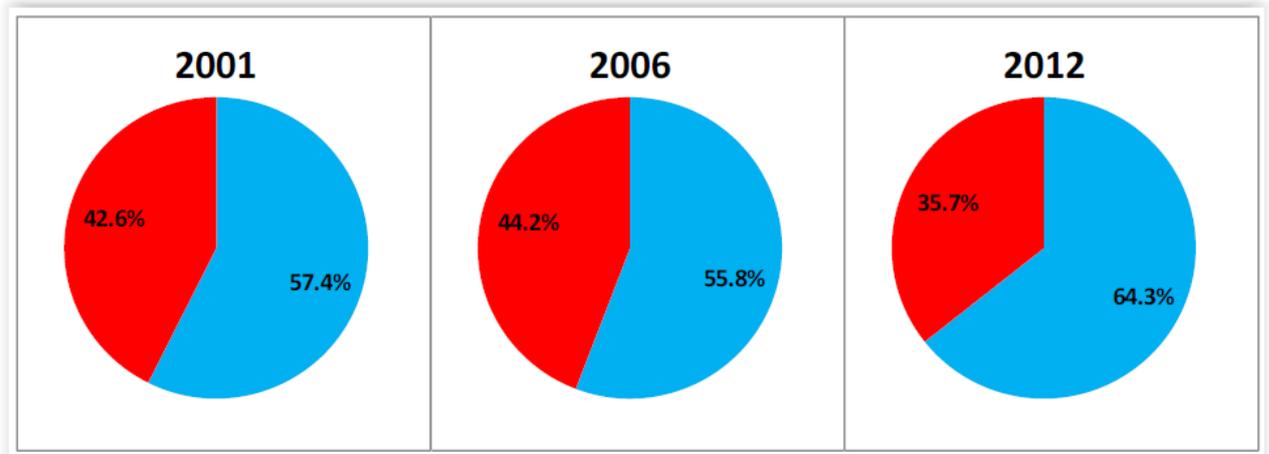
Figura 3: Concentração do Mercado de Seguros por Empresas





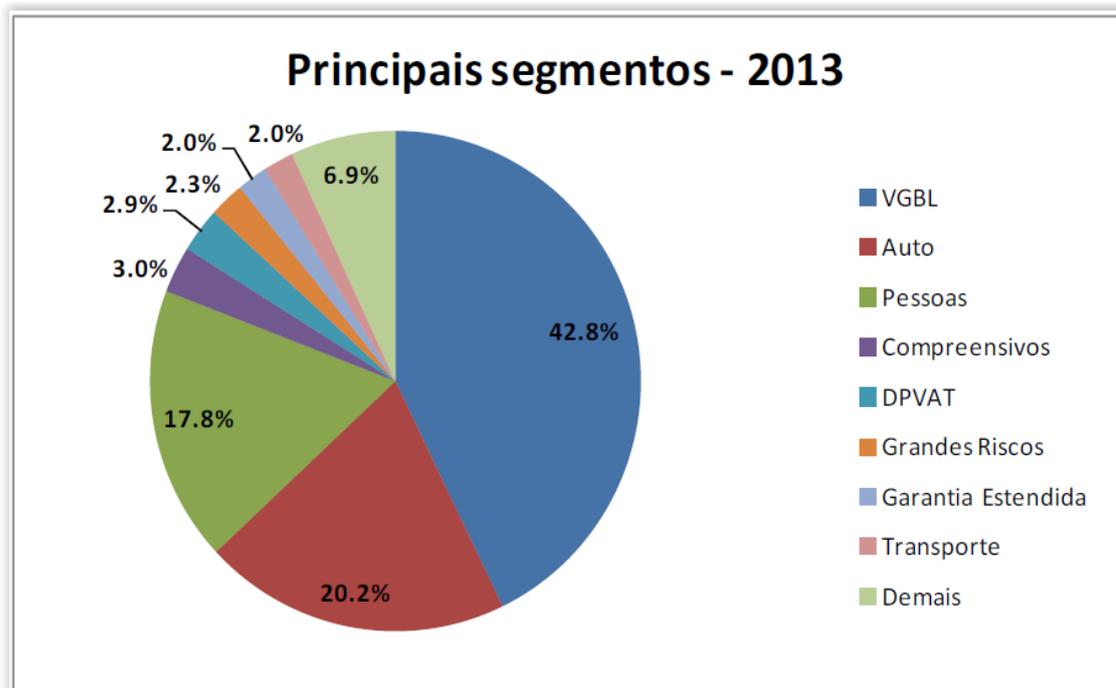
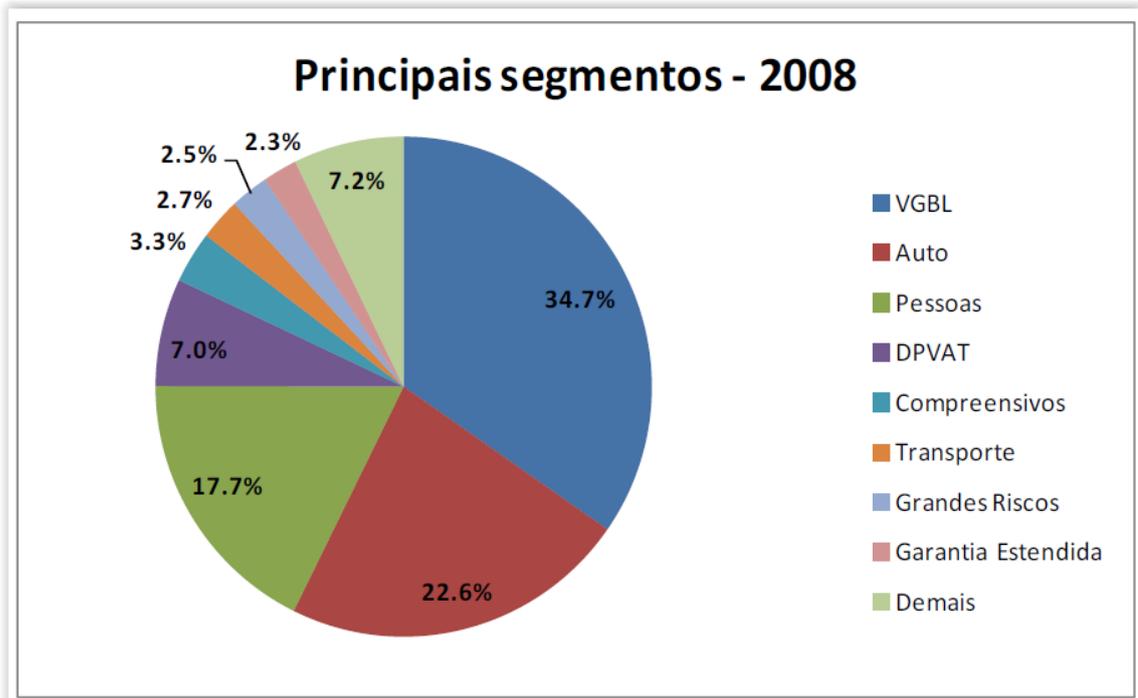
Fonte: Relatório de Análise e Acompanhamento dos Mercados Supervisionados, SUSEP, 2014.

Figura 4: Concentração do Mercado de Seguros por Grupo Econômico



Fonte: Relatório de Análise e Acompanhamento dos Mercados Supervisionados, SUSEP, 2014.

Figura 5: Segregação dos Principais Segmentos de Seguro



Fonte: Relatório de Análise e Acompanhamento dos Mercados Supervisionados, SUSEP, 2014.

Mesmo com um ano desafiador o segmento de seguros pode alavancar ainda mais, um provável aumento da sinistralidade como reflexo da crise e das adversidades econômicas. A Confederação Nacional de Seguradoras (CNSEG) destaca que o crescimento para o ano de 2016 está em 10,3%. (REVISTA COBERTURA – MERCADO DE SEGUROS, 2016).

2.4 CPC 11 Contratos de Seguros

O objetivo do Pronunciamento CPC 11 é apontar o reconhecimento contábil para contratos de seguro por parte de qualquer empresa que emite tais contratos (denominada neste Pronunciamento como seguradora). Em particular, o Pronunciamento determina:

- ✓ limitadas melhorias na contabilização de contratos de seguro pelas seguradoras;
- ✓ divulgação que identifique e explique os valores resultantes de contratos de seguro nas demonstrações contábeis da seguradora e que ajude os usuários dessas demonstrações a compreender o valor, a tempestividade e a incerteza de fluxos de caixa futuros originados de contratos de seguro. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS CPC 11, 2008, p. 2).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 11 considera qualquer empresa que emita contrato de seguro como seguradora, mesmo se a emitente é considerada seguradora para fins legais ou de supervisão. O contrato de resseguro é um tipo de contrato de seguro. Desta forma, todas as referências demandadas para contratos de seguro também se destinam aos contratos de resseguro. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS CPC 11, 2008).

2.5 Teste de adequação de passivos (TAP)

A seguradora deve avaliar, a cada data de balanço, se seu passivo por contrato de seguro está apropriado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação expuser que o valor do passivo por contrato de seguro está impróprio à luz dos fluxos de caixa futuros estimados, toda a deficiência deve ser demonstrada no resultado.

Se a seguradora executar um teste de adequação de passivo que consinta os requisitos mínimos especificados, o Pronunciamento não atribui outras exigências. Os requisitos mínimos são:

- ✓ O teste deve considerar estimativas correntes para todo o fluxo de caixa contratual e os fluxos de caixa relacionados, como os custos de regulação de sinistros, assim como os fluxos de caixa resultantes de opções embutidas e garantias; e
- ✓ Se o teste demonstrar que o passivo está inadequado, toda a deficiência deve ser reconhecida no resultado. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS CPC 11, 2008, p. 6).

Caso a política contábil da seguradora não estabelecer um teste de adequação de passivo que consinta nos requisitos mínimos essa seguradora deve:

- ✓ (a) Determinar o valor do passivo por contrato de seguro relevante menos o valor de:
 - (i) qualquer despesa de comercialização diferida relacionada; e
 - (ii) qualquer ativo intangível relacionado, como os adquiridos em uma combinação de negócios ou transferência de carteira. Entretanto, ativos de contrato de resseguro não são considerados, porque a seguradora os contabiliza separadamente.
- ✓ (b) Determinar se o valor descrito em (a) é menor que o valor que seria exigido se o passivo por contrato de seguro relevante fosse reconhecido de acordo com a norma contábil vigente sobre “Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas”. Se ele for menor, a seguradora deve reconhecer toda a diferença no resultado e diminuir o valor das despesas de comercialização diferidas relacionadas ou dos ativos intangíveis relacionados ou aumentar o valor do passivo por contrato de seguro relevante. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS CPC 11, 2008, p. 6).

Nos estudos realizados pela Funenseg (2012) é destacado que para a realização do TAP deve-se estimar o fluxo de caixa futuro da seguradora pelo ajuntamento determinado na entidade, tendo como mínimo a referência definida pela SUSEP. O fluxo de caixa precisará ser bruto de resseguro e retrocessão (pois será comparado às provisões também brutas) e conterá: pagamentos futuros de sinistros já ocorridos ou a ocorrer, prêmios futuros (no caso de seguro de vida) e despesas de manutenção e comercialização. No final, o fluxo de caixa deverá ser descontado e diminuído das provisões já constituídas líquidas das Despesas de Aquisição Diferidas e outros Ativos Intangíveis diretamente atrelados aos contratos de seguros. Quando o resultado for positivo, este necessitará ser um valor extra constituído de provisão em função do TAP, denotado como sendo a Provisão do Teste de Adequação de Passivo.

2.6 Políticas Contábeis

Para expor as adversidades em sua política contábil para contratos de seguro, a seguradora deve evidenciar que a mudança tornou as demonstrações contábeis mais aderentes aos critérios da norma contábil vigente sobre “Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros”, mas a mudança não precisa consistir conformidade total com tais critérios. Os seguintes pontos são destacados a seguir;

Taxa de juros de mercado correntes

É permitido a seguradora, porém não exigido, alterar sua política contábil a fim de reavaliar passivos por contratos de seguro designados para refletir taxas de juros de mercado correntes e reconhecer as alterações desse passivo no resultado. Ao mesmo tempo, a seguradora também pode introduzir política contábil que requeira outras estimativas e premissas correntes para tal passivo. A opção proporcionada por este item permite à seguradora alterar sua política contábil para os passivos designados, sem aplicar tal política consistentemente para todos os passivos similares, como a norma contábil vigente sobre “Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros” de outro modo exigiria.

Prudência

A seguradora não precisa alterar sua política contábil para contratos de seguro para eliminar excesso de prudência. No entanto, se a seguradora já mensura seus contratos de seguro com prudência suficiente, ela não deve introduzir prudência adicional.

Margem futura de investimento

(a) utilizar taxa de desconto que reflita o retorno estimado dos ativos da seguradora; ou (b) projetar os retornos desses ativos a uma taxa de retorno estimada, descontando esses retornos projetados a uma taxa diferente e incluir o resultado na mensuração do passivo.

Shadow accounting

É permitido à seguradora, mas não exigido, alterar sua política contábil, de forma que ganhos ou perdas reconhecidos, mas não realizados de um ativo, afetem essas mensurações da mesma forma que ganhos ou perdas realizadas. O ajuste no passivo por contrato de seguro (ou na despesa de comercialização diferida ou no ativo intangível) deve ser reconhecido no patrimônio líquido se, e somente se, os ganhos e as perdas não realizados forem reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Essa prática é algumas vezes descrita como *shadow accounting*. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC 11, 2008, p. 8-9).

Separação dos componentes de depósito

Alguns contratos de seguro contêm tanto componentes de seguro quanto componentes de depósito. Em determinados casos, é exigido ou aceito à seguradora registrar em separado esses componentes;

(a) a contabilização em separado é exigida se ambas as condições a seguir forem atendidas:

(i) a seguradora pode mensurar o componente de depósito (incluindo qualquer opção embutida de resgate) separadamente (ou seja, sem considerar o componente de seguro); e (ii) a política contábil da seguradora não reconhece de outra forma todas as obrigações e os direitos resultantes do componente de depósito;

(b) a contabilização em separado é permitida, mas não exigida, se a seguradora puder mensurar o componente de depósito separadamente como em (a)(i), mas sua política contábil exige que ela reconheça todas as obrigações e direitos advindos do componente de depósito, independentemente da base utilizada para mensurar tais direitos e obrigações;

(c) a contabilização em separado é proibida se a seguradora não puder mensurar o componente de depósito separadamente como em (a)(i). (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC 11, 2008, p. 8-9).

A contabilização em separado exige alguns critérios como os que seguem;

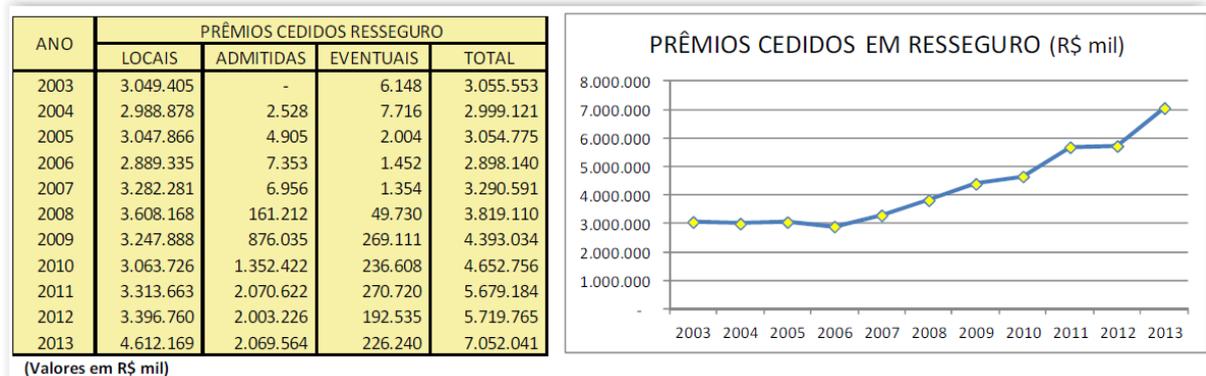
- Aplicar o Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguro para os componentes de seguro; e
- Aplicar o Pronunciamento Técnico CPC 14 – Instrumentos Financeiros para componentes de depósito.

2.7 Contratos de Resseguro

O resseguro é conhecido como seguro das seguradoras, e ocorre em casos onde a seguradora é contratada para segurar um bem de alto valor, no qual ela não tem capacidade de indenizar o segurado em um possível sinistro. (RELATÓRIO DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DOS MERCADOS SUPERVISIONADOS – SUSEP, 2014).

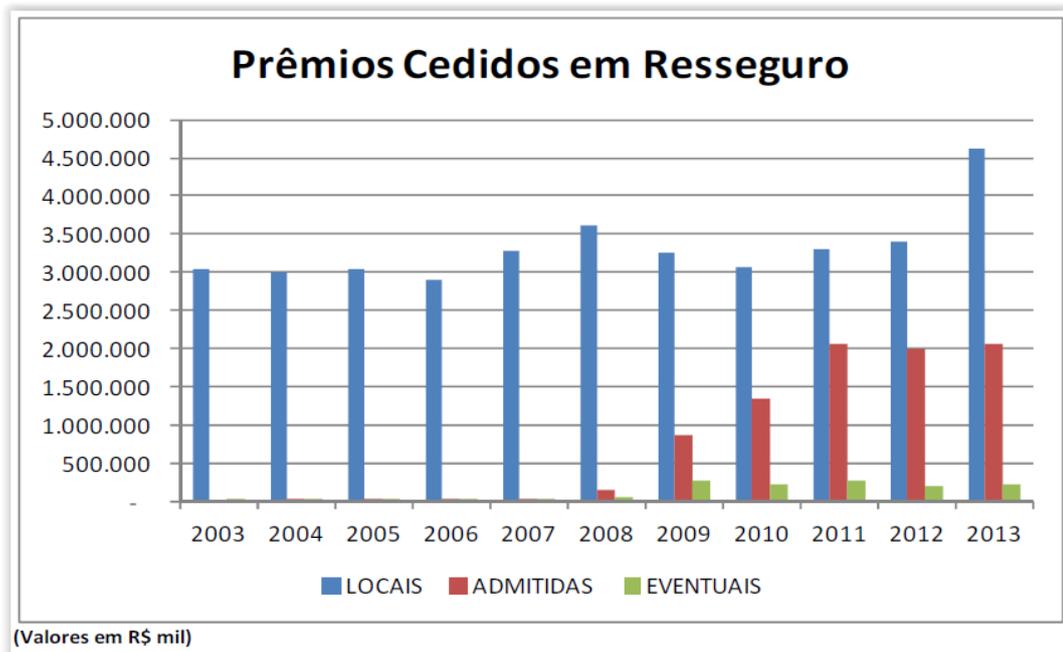
Deste modo o ressegurador assume o compromisso de indenizar a empresa seguradora de um possível dano. Demonstrado abaixo a evolução anual dos prêmios de Resseguro e sua distribuição entre Resseguradoras Locais, Admitidas e Eventuais.

Figura 6: Mercado Brasileiro de Resseguros



Fonte: Relatório de Análise e Acompanhamento dos Mercados Supervisionados, SUSEP, 2014.

Figura 7: Prêmios Cedidos em Resseguros



Fonte: Relatório de Análise e Acompanhamento dos Mercados Supervisionados, SUSEP, 2014.

2.8 Riscos

O acontecimento de algum fenômeno que tenha como resultado o prejuízo financeiro por perda patrimonial, denominado como sinistro, é estabelecido como risco, ou seja, é um evento futuro e incerto.

As seguradoras encontram na necessidade das pessoas de se protegerem de um risco, o espaço para sua manutenção no mercado. O risco de seguro é significativo se o evento segurado obrigar a seguradora a pagar benefícios extras significativos em qualquer cenário, excluindo cenários com falta de substância comercial. Caso os benefícios extras significativos forem pagáveis em cenários com substância comercial, a condição enunciada na frase anterior pode ser atendida, mesmo se o evento segurado for improvável ou mesmo se o valor presente esperado dos fluxos de caixa contingentes for uma pequena proporção do valor presente esperado de todos os fluxos de caixa contratuais remanescentes. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC 11, 2008).

Outro lado que deve ser visto ao se falar de risco é a Otimização de Preços como dissertado a seguir;

- ✓ **Otimização de preços:** Além dos diferentes tipos de dados e da inteligência analítica utilizados em um processo de precificação tradicional, é possível

considerar restrições e objetivos de negócios para, a partir da otimização de preços, aumentar a rentabilidade de forma inteligente. Embora o conceito da otimização de preços seja relativamente novo no segmento de seguros no Brasil, ele tem sido usado há alguns anos em outros segmentos de mercado e permite a simulação de cenários onde recursos, restrições específicas de negócio e propensões de cada cliente são considerados, de forma a aumentar a precisão da precificação, ponderando objetivos específicos e maximizando os resultados econômicos. Para uma seguradora é importante ter a homogeneização dos riscos e o processo de otimização facilita essa tarefa, avaliando as perdas e ganhos, em vários níveis de segmentação, para evitar uma indesejada concentração de riscos. (REVISTA APOLICE, 2016).

2.9 Tipos de Contratos de Seguros

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 11 (2008) cita exemplos de contratos que são contratos de seguro, caso a transferência de risco de seguro for significativa:

- Seguro contra roubo ou danos de propriedade;
- Seguro de responsabilidade por produtos, responsabilidade profissional, responsabilidade civil ou despesas legais;
- Seguro de vida e planos de funeral pré-pagos Invalidez e cobertura médica;
- Cauções, garantia de obrigações de fidelidade, garantia de obrigações de desempenho e garantia de obrigações de leilão;
- Seguro prestamista (ou de crédito) que preveja indenizações específicas a fim de reembolsar o detentor por uma perda decorrente de o devedor específico não realizar o pagamento, na data estipulada, conforme as condições iniciais ou alteradas de um instrumento de dívida;
- Garantias de produto, as garantias de produto dadas por outra parte para bens vendidos por um fabricante, negociante ou varejista;
- Assistência em viagem, indenização em dinheiro ou em bens ou serviços aos segurados por perdas durante viagem;
- Obrigações vinculadas a catástrofes, que proporcionam desembolsos reduzidos de capital, juros ou ambos se um evento especificado afetar adversamente o emitente da obrigação;
- *Swaps* de seguro
- Contratos de resseguro.

3 METODOLOGIA DO TRABALHO

Será apresentada a tipologia em que foi estruturada a pesquisa, os seus instrumentos e procedimentos para chegar-se a coleta e posteriormente ao tratamento das informações coletadas.

De acordo com Marconi e Lakatos (2002, p. 32), “*Objetivo da pesquisa é encontrar respostas para questões, mediante a aplicação de métodos científicos. Deve-se partir de um problema estabelecido, baseando - se em uma teoria, que é o ponto de partida para uma verificação bem sucedida.*”.

3.1 Tipologia da pesquisa

Trata se de uma pesquisa pura com métodos descritivos.

Segundo Cervo (1983, p. 50) “*as pesquisas descritivas são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma ampla descrição de um fenômeno em seu contexto, procurando fornecer respostas aos problemas. Com finalidades de observar, analisar e registrar como os fenômenos acontecem*”.

Já Thomas et al destaca sobre a pesquisa descritiva que;

O tipo de pesquisa que se classifica como "descritiva", tem por premissa buscar a resolução de problemas melhorando as práticas por meio da observação, análise e descrições objetivas, através de entrevistas com peritos para a padronização de técnicas e validação de conteúdo (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2007).

3.2 Quanto aos Fins e Natureza do Método

Com relação à análise de dados, a pesquisa foi de caráter exploratório com abordagem qualitativa e quantitativa com base em documentos e regulamentos específicos disponibilizados pelo site do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Órgãos Fiscalizadores. Silva (2002) entende que a pesquisa exploratória visa proporcionar uma maior familiaridade com o problema investigado, com vistas a torná-lo mais claro ou a construir hipóteses ou questões importantes para a condução da pesquisa.

4 ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados busca evidenciar o tratamento e performance da companhia estudada. Toda e qualquer análise tem como principal objetivo expor informações técnicas contidas nas demonstrações de dada empresa, seja informações coletadas através do Balanço Patrimonial, Fluxo de caixa, Demonstração do Resultado do Exercício.

4.1 Porto Seguro Vida e Previdência S/A

A Porto Seguro Vida e Previdência S.A. é uma sociedade por ações, fundada em 23 de dezembro de 1986, e tem como elemento social a exploração das operações de seguro de pessoas, bem como a criação e exploração de planos de previdência privada nas modalidades de pecúlio e renda, conforme legislação vigente. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Cia de Seguros e indireta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, sob a sigla PSSA3. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIARIAS - PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, 2015).

4.2 Análises

Com base nas demonstrações financeiras intermediárias referente ao semestre findo em 30 de Junho de 2015 serão apresentados as principais políticas contábeis da companhia Porto Seguro Vida e Previdência, bem como suas peculiaridades nas demonstrações e segregação de registros. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIARIAS - PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, 2015).

Principais Políticas Contábeis Porto Seguro Vida e Previdência

- Demonstrações financeiras intermediárias;
- Reclassificações - Segregação das reclassificações;

A partir do trimestre findo em 31 de março de 2015, a Companhia passou a efetuar a segregação das Provisões técnicas de seguros e de previdência complementar entre circulante e não circulante, de acordo com o perfil de utilização dos benefícios por parte dos beneficiários. (DF, PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, 2015).

Figura 8: Segregação Provisões Técnicas de Seguro e Previdência Complementar

	Publicado 31/12/2014	Reclas- sificação	Reapresen- tado 31/12/2014
Passivo (*)			
Circulante			
Provisões técnicas - seguros e previdência complementar	2.674.593	(2.201.090)	473.503
Não Circulante			
Provisões técnicas - seguros e previdência complementar	-	2.201.090	2.201.090

Fonte: Demonstrações Financeiras Intermediárias - Porto Seguro Vida e Previdência S/A, 2015

- Moeda funcional e moeda de apresentação;
- Caixa e equivalentes de caixa;
- Ativos financeiros;
 - (a) Mensuração e classificação
 - (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação
 - (ii) Títulos disponíveis para venda
 - (b) Determinação de valor justo de ativos financeiros
- Análise de recuperação de ativos (“impairment”);
- Custo de aquisição diferido (DAC);
- Ativo imobilizado de uso próprio;
- Contratos de seguro e contratos de investimento – classificação;

A Porto Seguro Vida e Previdência emite contratos de seguros e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguro e financeiro ou ambos. A empresa define risco significativo de seguro como a possibilidade de desembolsar benefícios significativos aos segurados no acontecimento de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são considerados segundo os princípios de transferência de risco de seguro. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIARIAS - PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, 2015).

- Passivos de contratos de seguros e previdência complementar - Avaliação de passivos originados de contratos de seguro;

A Companhia utiliza as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: teste de adequação de passivos - TAP; avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro; entre outras políticas aplicáveis.

A Companhia não aplicou os princípios de “Shadow Accounting” (contabilidade reflexa), já que não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIARIAS - PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, 2015).

As provisões técnicas são instituídas de acordo com as orientações do Conselho Nacional de Seguros Privados e da SUSEP, cujos discernimentos, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais, apresentadas resumidamente a seguir;

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos; concebem o valor das obrigações assumidas com os componentes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos; tem a finalidade de provisionar a parcela da contribuição que equivale ao período de risco porvir, contado a partir da data-base de cálculo.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos; é calculada, para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura e possui a finalidade de estimar a parcela de riscos não acabados referentes aos riscos assumidos pela Companhia nos quais as vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

A Provisão Complementar de Cobertura; é determinada considerando a diferença entre a aplicação das bases técnicas contratuais dos planos e a aplicação de bases técnicas realmente esperadas, como a Tábua de Mortalidade BR-SEM.

A Provisão de Despesas Relacionadas; é formada para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios.

A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados; é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia, e é calculada conforme critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 448/12.

Provisão de Sinistros a Liquidar; é constituída em consequência do aviso do evento sucedido e com base nos valores de pecúlios e rendas vencidas e não pagas conforme previstos no contrato do integrante.

A Provisão de Excedente Financeiro; é calculada conforme critérios determinados no contrato do participante e contem os valores de excedentes financeiros provisionados a serem aproveitados de acordo com o regulamento do plano de previdência. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIARIAS - PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, 2015).

- **Teste de adequação dos passivos (TAP)**

A Companhia elabora o TAP em cada data do balanço para todos os contratos em vigor na data de execução do teste, exceto DPVAT. O teste é formado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP.

Para o teste, a Companhia organizou uma metodologia que pondera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também abrangem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas recentes. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo.

Para a definição das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades. Os fluxos de caixa são apresentados pelo valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Se for identificada qualquer insuficiência no TAP, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do período, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura - PCC.

- Reconhecimento de receitas
- Contribuições de planos de previdência
- Receita de juros e dividendos recebidos
- Distribuição de dividendos
- Imposto de renda e contribuição social

Variação da Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

Na conclusão da TAP elaborada em 30 de junho de 2015, foram identificadas suficiências nos planos de previdência complementar no montante de R\$ 5.041, em relação ao teste de 31 de dezembro e devido a isso houve reversão da provisão complementar de cobertura - PCC.

Figura 9: Variação da Provisão Complementar de Cobertura

	<u>Dezembro de 2014</u>	<u>Reversão</u>	<u>Junho de 2015</u>
Renda Futura	30.436	(886)	29.550
Benefício Concedido	14.800	(2.162)	12.638
Vida Prêmio	3.656	(1.993)	1.663
	<u>48.892</u>	<u>(5.041)</u>	<u>43.851</u>

Fonte: Demonstrações Financeiras Intermediárias - Porto Seguro Vida e Previdência S/A, 2015

Figura 10: Movimentação do Passivo de Contratos de Seguro e Ativo de Resseguro

	<u>Passivo de Contratos de Seguros</u>	<u>Ativos de Contratos Resseguros</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	832.503	37
Constituições decorrentes de prêmios	241.312	228
Diferimento pelo risco decorrido	(137.500)	(209)
Aviso de sinistros	33.812	(31)
Pagamento de sinistros	(3.006)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	967.121	25
Constituições decorrentes de prêmios	119.199	126
Diferimento pelo risco decorrido	(132.180)	(156)
Aviso de sinistros	148.390	17
Pagamento de sinistros	(1.819)	-
Saldo em 30 de junho de 2015	<u>1.100.711</u>	<u>12</u>

Fonte: Demonstrações Financeiras Intermediárias - Porto Seguro Vida e Previdência S/A, 2015.

A Figura 11 demonstra a forma e tratamento dos fluxos de caixa de ativos e passivos;

Figura 11: Fluxo de Ativos e Passivos

	Junho de 2015		Dezembro de 2014	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	126.601	-	107.599	-
Fluxo de 1 a 30 dias	172.263	17.776	365.419	15.436
Fluxo de 1 a 6 meses	40.168	90.145	36.141	67.812
Fluxo de 6 a 12 meses	196.025	132.975	37.400	105.026
Fluxo acima de 1 ano	3.118.057	4.466.081	2.655.088	4.229.955
Total	3.653.114	4.706.977	3.201.647	4.418.229

Fonte: Demonstrações Financeiras Intermediárias - Porto Seguro Vida e Previdência S/A, 2015

- ✓ Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixado foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.
- ✓ O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras .
- ✓ O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e débitos de operações com seguros. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIARIAS - PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, 2015).

Risco de Mercado

Sendo exposta ao risco de mercado sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. A Companhia conta com políticas que estabelecem limites processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIARIAS - PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, 2015).

Entre as peculiaridades que chamou a atenção ao se falar dos métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco (“Value at Risk” - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. É destacado também a realização de acompanhamentos de análises de sensibilidade, por meio de teste de “stress” e as ferramentas de “tracking error” e “Benchmark-VaR”.

Os testes realizados pela companhia além de garantirem resultados seguros, auxiliam nos processos de tomada de decisão, planejamento e identificação de riscos advindos de ativos e passivos financeiros. Como demonstrado na figura na 12 a empresa registra em separado os investimentos.

Figura 12: Investimento Segregado por fator de Risco de Mercado

	<u>Junho de 2015</u>	<u>Dezembro de 2014</u>
IGPM	72,7%	82,2%
IPCA	18,5%	17,6%
Selic/CDI	1,6%	0,2%
Pré-fixados	0,3%	0,0%
Outros	6,9%	0,0%

Fonte: Demonstrações Financeiras Intermediárias - Porto Seguro Vida e Previdência S/A, 2015

Como demonstrado na figura 8 a companhia registrou em separado as provisões técnicas de seguro e previdência complementar, os montantes referente às provisões foram segregados no passivo circulante e passivo não circulante. Esta forma de contabilização transmite o bom entendimento da companhia na atuação dos discernimentos dispostos no Comitê de Pronunciamento Contábeis CPC 11.

A companhia registra as provisões técnicas instituídas pela SUSEP com base nos discernimentos de Notas Técnicas Autorias.

Destacado no CPC 11 os princípios da Contabilidade Reversa ou *Shadow accounting* não se aplicou á companhia, uma vez que, não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas.

Como procedimento de contabilização a companhia desmembra os Ativos Financeiros, um dos itens que chamou a atenção são os títulos disponíveis para venda, estes títulos são instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Títulos que são calculados por meio do método da taxa efetiva de juros.

A Porto Seguro Vida e Previdência realizou o Teste de Adequação de Passivos – TAP, para a realização do teste foram utilizados os fluxos de caixa futuros, onde é feito uma estimativa e para os ramos de risco decorrido foi levado em consideração os prêmios ganhos

para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios do período subsequente a data da base de cálculo. Com o TAP concluído no semestre findo em 30 de junho de 2015 a companhia apresentou-se suficiente, desta forma houve a reversão da provisão complementar de cobertura conforme demonstrado na figura 9.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade de segurados no Brasil se mostrou de grande importância e com forte influência no mercado uma vez que o seu crescimento ocorre gradativamente, bem como o crescimento do PIB que passou de 1,86% para 3% do período de 2001 até 2013. Além de chamar a atenção de todos os mercados o ramo de seguros tem sido visto por grandes grupos econômicos como o setor bancário.

Com o fator crescimento do ramo de seguros à medida que o mercado foi atingindo um nível elevado os tipos de segmentos de seguros também acompanhou esta elevação. A segregação dos principais segmentos se tornou um fator chave para o participante identificar o segmento que tem maior influência no mercado. É claro que o mercado de resseguros não fica para trás, uma vez que as segurados se manifestam positivamente o natural é que ocorra o mesmo no mercado de resseguros.

Foram destacados os principais segmentos de seguros, que são eles; VGBL, AUTO, Pessoas, Compreensivos, DPVAT, Grandes Riscos, Garantia Estendida, Transporte entre outras. Dentre os mencionados foram observados os percentuais de participação no ano de 2008 e 2013, pode se perceber que alguns segmentos se manterão estáveis, o VGBL manifestou uma variação de 8,1% a maior de 2008 para 2013.

Com as medidas de políticas contábeis absorvidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC11 a companhia estudada – Porto Seguro Vida e Previdência apresentou de forma clara em suas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2015 o tratamento de dados e forma de contabilização de seus ativos e passivos de seguros. Foi identificado que a empresa cumpriu com os segmentos estabelecidos no CPC com clareza e compromisso. O Teste de adequação de Passivo TAP foi realizado, bem como a avaliação de contratos de seguro, outros fatores peculiares que chamaram atenção foi o compromisso da companhia em realizar testes para identificar possíveis riscos e também testes de análises de sensibilidade.

Em virtude das análises realizadas fica claro a importância das determinações contábeis discriminadas pelas normas internacionais traduzidas pelo CPC 11. Uma vez que o ramo de seguros contribui positivamente com a estabilidade dos mercados no Brasil o controle e organização de todo é qualquer registro que possibilite clareza nas informações se torna fator de grande relevância e conseqüentemente atrai novas oportunidades para o setor.

REFERÊNCIAS

BACEN, Banco Central do Brasil. **Conselho Nacional de Seguros Privados CNSP**. 22 Abr 2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pre/composicao/cnsp.asp>>. Acesso em: 22 Abr 2016.

BRASIL. Lei nº 6.404 de 15 de dezembro 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário oficial da União**, Brasília, 17 dez. 1976. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/Leis/L6404consol.htm>>. Acesso em: 15 Mar. 2016.

BRASIL. Resolução nº 334 de 02 de janeiro de 2007. **Circular Superintendente da Superintendência de Seguros Privados**. Dispõe sobre alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, instituídas pela Resolução CNSP Nº 86, de 3 de setembro de 2002.. **Diário oficial da União**, Brasília, 01 Jan. 2007. Disponível em <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/susep334_2007.htm>. Acesso em: 15 Mar. 2016.

CERVO, AMADO LUIZ; BERVIAN, ALCINO. **Metodologia Científica: Para Uso dos Estudantes Universitários**. 3. Ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC 11. **Contratos de Seguro**. Disponível em:<http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/215_CPC_11_rev%2003.p> Acesso em: 18 Mar 2016.

COMO a inteligência pode aumentar a competitividade. Revista Cobertura – mercado de seguros, São Paulo, 22 Fev 2016. Disponível em: <http://www.revistacobertura.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=109999&furiurl=:Como-a-inteligencia-analitica-pode-aumentar-a-competitividade-das-seguradoras>. Acesso em: 15 Abr 2016.

DEMONSTRAÇÕES financeiras intermediárias. Porto **Seguro Vida e Previdência S/A**. São Paulo, 21 Ago 2015. Disponível em: <http://ri.portoseguro.com.br/portoseguro/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=28529&cont a=28> . Acesso em: 15 Mar 2016.

FUNENSEG. Nota técnica sobre o teste de adequação de passivos. **Estudos Funenseg**. 2012. Disponível em:< https://www.funenseg.org.br/arquivos/estudos_funenseg_26_1>. Acesso em: 18 Abr 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização: normas ABNT para apresentação de teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos**. 9.ed. rev. ampl. atual. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/normalizacao_artigos.pdf>. Acesso em: 20 de abril 2016.

QUEM somos. **IRBBRASIL RE.** Rio de Janeiro, 29 Nov 2015. Disponível em:<<https://www.irbbrasilre.com/pt-br/irb-brasil-re/quem-somos>>. Acesso em: 30 Abr 2016.

SEIS fatores para o sucesso da precificação de seguros. Revista Apólice, 6 Jan 2016. **Revista de Mercado de Seguros.** Disponível em:< <http://revistaapolice.com.br/2016/01/seis-fatores-para-o-sucesso-da-precificacao-de-seguros/>>. Acesso em: 15 Abr 2016.

RELATÓRIO de análise e acompanhamento dos mercados supervisionados. **SUSEP.** Rio de Janeiro, 28 Nov 2014. Disponível em:<<http://www.susep.gov.br/menuestatistica/SES/relatorios-de-analise-e-acompanhamento-dos-mercados-supervisionados>>. Acesso em 25 Mar 2016.

SILVA, M. B. **Introdução à pesquisa em educação.** Florianópolis: UDESC/CEAD, 2002.

SUSEP. **Apresentação.** Rio de Janeiro, 15 Abr 2016. Disponível em:<<http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/apresentacao>>. Acesso em: 15 Abr 2016.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, Stephen J. **Métodos de pesquisa em atividade física.** 5 ed. Porto Alegre: Artmed. 2007.